

## O QUE PODEM ESPERAR DE PORTUGAL OS PORTUGUESES CIGANOS? [2]

José Bastos, com a colaboração de André Correia e Elsa Rodrigues  
– CEMME / FCSH  
Abril de 2008

---

### I. O ESQUECIMENTO DA HISTÓRIA ENTRE ÀGRAFOS E ENTRE «CIVILIZADOS»

1. **É uma banalidade livresca constantemente repetida que os ciganos esqueceram a sua história e vivem no presente e no dia a dia, sem qualquer espécie de futuro idealizado.** Não sabem de onde vieram e não têm uma pátria perdida para onde regressar, como acontecia com a minoria judaica, antes da fundação do Estado de Israel.
2. **O que pode parecer mais inesperado e merece interpretação é o facto de que os intelectuais, políticos e governantes portugueses, tudo têm feito para esquecer a história dos quinhentos anos de relações interétnicas que conduziram à situação actual.** o que lhes tem permitido **essencializar** etnograficamente a condição social resultante dessa mesma interacção historicamente situada e testemunhada.

### II. DO ESQUECIMENTO DA HISTÓRIA À ESSENCIALIZAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO CULTURAL DO «OUTRO»

3. Essa **estratégia de apagamento da memória histórica** permite escamotear que a perseguição aos ciganos continua a ser feita, até aos nossos dias, se bem que sob formas mais subtis, na medida em que se fundamenta na **essencialização de uma cultura «nómada» «parasitária»** - que lhes é atribuída contra toda a evidência, na medida em que se especializaram como artesãos, trabalhadores sazonais e comerciantes, prestadores de serviços a largos estratos da população nacional - , sendo esta essencialização seguida de um chorrilho de **acusações ciganóforas**, produzindo, desse modo, de acordo com as autoridades europeias, o caso mais preocupante de racismo e xenofobia existente actualmente na União Europeia.
4. Os cientistas sociais definem como **essencialização de uma cultura** o facto de se atribuir a valores e dinâmicas endógenas e espontâneas dessa cultura os traços que resultam das condições de sobrevivência que lhe foram e continuam a ser impostas de fora, por grupos sócio-históricos mais poderosos, de algum modo **«imobilizando» a minoria numa posição relacional desvantajosa e amaçada, habitualmente codificada como ameaçadora.**
5. O tipo mais constante de essencialização cultural de um grupo minoritário consiste em atribuir-lhe **traços «primitivos»** adentro de uma classificação estratificada como evolucionista, exigindo a seguir que esses grupos sócio-históricos se mantenham como «primitivos», porque essa seria a sua característica «cultural», «autêntica», vista como intrínseca e desejavelmente imutável. Na prática, esta **exigência de primitivismo** bloqueia a progressão sócio-económica do grupo essencializado, transformando «indígenas» em indigentes (Lévi-Strauss, 1956).

6. Herança da «ciência do Folklore» do século XIX e de uma etnografia colonial própria da primeira metade do século XX, **o erro cognitivo que os cientistas sociais pos-coloniais definem como essencialização etnográfica de uma cultura, quase sempre serve fins racistas mais ou menos subtis**, ocultando a história das relações inter-étnicas entre um grupo hegemónico e um grupo minoritário obrigado pelo primeiro a acantonar-se numa **cultura de sobrevivência**, para evitar a sua extinção.

### III. DA VERGONHA DA HISTÓRIA À ACUSAÇÃO MORAL DO «OUTRO»

7. **Uma hipótese de interpretação desta estratégia de «esquecimento» da história das relações inter-étnicas entre os portugueses (autoridades e povo) e os ciganos que vieram a ganhar o estatuto jurídico de portugueses, é a de que os portugueses se envergonham da sua história, nesta área.**
8. Depois de um século (XV) em que um pouco por toda a Europa ocidental papas, imperadores, reis e autoridades municipais passaram salvo-condutos, receberam de forma hospitaleira e de acordo com as convenções diplomáticas da época, nos seus palácios, as comitivas dos vários duques ciganos fugidos do império islâmico e financiaram as suas «peregrinações», nomeadamente a Compostela, **a história regista, nos 3 séculos (XVI a XVIII) que assistiram à ascensão dos absolutismos carismáticos um volte-face tendencialmente genocida, a partir da fundação da grande Espanha Imperial de Filipe e Isabel.**

### IV. A CAMINHO DO DEGREGO INTERNO E TRANSCONTINENTAL: TREINANDO COM OS CIGANOS O COLONIALISMO ESCLAVAGISTA E O RACISMO EVOLUCIONISTA

9. Nessa acepção, **a tentativa de escravizar, exterminar, degredar ou assimilar à força os ciganos «nómadas» da Europa constitui a primeira «experiência» do que vieram a ser as relações inter-étnicas coloniais e imperialistas dos séculos seguintes.** Da escravização e deportação dos ciganos à escravização e deportação dos negros há toda uma continuidade de propósitos, caracterizada pelo facto de que os ciganos, tal como os «índios» das duas Américas, sempre se mostraram muito menos submissos e «úteis» para projectos «missionários» e de expansão de monoculturas do que os negros «exportados» para as Américas. Associando formas de comunitarismo extremo a um individualismo orgulhoso de o ser, nunca foram, como se sabe, boa «mão de obra» para nenhuma «obra», nem sequer missionária ou civilizacional.
10. Para bem ou para mal (segundo o ponto de vista de cada um) **o modo como os ciganos, ao contrário do povo rural, se mostraram indomesticáveis à vontade dos «Senhores», avessos à inclusão no «projecto civilizacional cristão» e à sua integração posterior na «ética do trabalho» massificado, isto é, à sua extinção identitária, valeu-lhes perseguições** que estão hoje bem documentadas pelos historiadores marginais.
11. Expulsão sumária, chicoteamentos na praça pública, com barço e pregão, retirada de todos os bens, condenação dos homens à escravidão nas galés, envio de homens e mulheres, separados, para as colónias, **declaração expressa da intenção de os exterminar**, roubo dos filhos como meio mais eficaz de concretizar esse projecto de extermínio, pena de morte só por andarem em bandos, acompanhados de tentativas

de **assimilação forçada**, com o mesmo propósito de os extinguir, pelo menos culturalmente, tudo foi feito para reduzir a diversidade, anulando o diferente. **Não se conhece na história da Europa qualquer outro caso semelhante, para além da perseguição contra os judeus.**

#### V. TAMBÉM NA DEMOCRACIA A «VOZ DO POVO» É A «VOZ DE DEUS»?

12. Ao contrário do que aconteceu aos judeus, os ciganos não sofreram acusações e perseguições legitimadas como «religiosas». Não foi «a Vontade de Deus», veiculada pela Inquisição, mas a acusação popular de «latrocínios» que foi esgrimida contra eles. **Podemos ouvir num diálogo que a história permite reconstituir, duas vozes: as que acusam os ciganos (fortemente maioritárias) e as de outras autoridades que, quase que involuntariamente, destróiem o discurso popular ciganóforo e põem a nu as intenções perversas dos acusadores.**
13. **Dado que em Portugal é crença antiga que «a voz do povo é a voz de Deus», ouçamos algumas das vozes persecutórias, em nome da «vontade do povo»:** «que não entrem no Reyno e saiam os que nele estiverem» (1526), ou sejam «publicamente açoutados, com barão e pregão», à segunda vez perdendo «todos os ‘móveis’ que tiverem» (1538) e sejam «degredados para sempre para as galés» (1579); «se andarem em ranchos ou quadrilhas, executar com pena de morte, sem apelação nem agravo» (1592); que não lhes sejam passadas «cartas de vizinhança» (1608); sejam proibidos de «falar *geringonça*, usar trajes de ciganos e ler a sina», sob pena de galés para os homens e degredo em Angola ou Cabo Verde para as mulheres, separadas dos filhos (1647); «os juizes não permitirão que os ciganos criem os seus filhos ou filhas passados os 9 anos de idade, e sendo capazes de servir os porão a soldada na forma como se usa para os orfãos» (1647); há que «extinguir este nome e modo de gente vadia de ciganos, desterrar de todo o modo de vida e memória desta gente vadia, sem assento, nem forro, nem paróquia, nem ofício mais do que os latrocínios de que vivem» (1649); «vindos de Castela, sejam exterminados» (1686); «todos os ciganos nascidos neste reino que não tomarem género de vida de que possam sustentar-se, dentro de 2 meses saiam deste reino, sob pena de morte» (1694); «prendam os que andam vagos pelo reino, (...) os filhos de um e outro sexo sejam transportados para a Casa Pia de Lisboa e instruídos» (1800).

#### VI. OUTRAS VOZES EM PORTUGAL

14. Mas existem **vozes diferentes que**, como um Juiz de Elvas, desde cedo **reconhecem que o povo andava «escandalizado» por causa dos roubos que lhes atribuem**, «*posto que que as testemunhas não sabem especificamente quais dos ditos ciganos que o fizessem; e além disso (na cidade) acontecessem muitos crimes de diversas maneiras, os quais se encobrem debaixo desta capa de dizerem que os fizeram os ciganos*» (1597); alvarás **que indiciam que segmentos relevantes da população, dos peões a fidalgos da corte, os apoiavam, recolhendo-os e dando-lhes guarida ou alugando-lhes casas** (1649); **vozes que vêm elogiar o valor dos cerca de 250 homens ciganos que «actualmente assistem nas fronteiras», defendendo o Reino contra Castela** (1649) e sugerem que a viúva e os filhos de um desses heróis ciganos da Restauração «sejam havidos como naturais do Reino», que o herói [Jerónimo da Costa] - que propomos para patrono nacional dos portugueses ciganos, com direito a estátua e avenida - **seja «feito cavaleiro fidalgo» e os «descendentes não tenham ofício mecânico» e «sirvam como**

**«soldados» (1646); vozes ainda que, como um Governador de Angola, pede «que lhe enviem muitos ciganos, com suas mulheres, porque são os que melhor resistem ao clima e não tinham provado mal nos seus procedimentos» (1754).**

VII. DA VONTADE EXTERMINDORA À CIÊNCIA CLASSIFICATÓRIA  
E À ESTRATIFICAÇÃO ÉTNICA

15. Uma segunda interpretação possível da estratégia de esquecimento desta fase mais excessiva da história das relações inter-étnicas é a de que **a partir do liberalismo os portugueses encontraram uma estratégia muito mais eficaz, e muito menos culpabilizante, porque quase invisível**, que lhes permitiu simultaneamente operar no nível «científico», estudando a «cultura cigana», como um caso etnográfico de persistência de «traços primitivos» («nómadas») e operar no nível social, «cientificamente legitimado, **mantendo os ciganos como cidadãos de segunda, e partindo deles para criar o estereótipo dos «maus portugueses» - vadios, mentirosos, agressivos, relapsos e contumazes.**
  
16. Passado o absolutismo, foram, de facto, os novos tempos liberais do século XIX que, ao mesmo tempo que facilitaram o **fim da escravatura dos africanos e, por extensão, dos ciganos romenos, continuada desde o século XIV**, utilizaram formas muito mais subtis de continuar o projecto já não de os extinguir – um projecto que o nazismo, por breve período, veio ressuscitar – mas, agora, de os **conduzir a um estatuto de cidadãos de segunda, inferiorizado, marginal e policiado, com base na essencialização do «nomadismo» que simultaneamente produziam**, escorraçando-os, e **utilizavam para os acusar** de não serem, como as «gentes de bem», «sedentários» com forro, paróquia e emprego rural ou proletário.
  
17. Sabem hoje os cientistas sociais que **a acusação, étnica e/ou «moral», é um dos mais típicos processos «racionais» utilizados pelas populações hegemónicas para ratificarem com «boa consciência» um sentimento de superioridade identitária e para, simultaneamente, manterem ou reforçarem os processos de dominação e de exclusão de largas camadas de «outros», cuja depauperação e marginalização sustentam essa representação de «superioridade»**. «Descritos cientificamente» como «nómadas» e, também por isso, acusados de inadaptação à «civilização ocidental», tudo foi feito para os obrigar a serem «nómadas», «atrazados» e «inconfiáveis». Impedimento da sua sedentarização tanto urbana como rural, sistemática recondução à situação de nomadismo forçado dos anteriormente sedentarizados, constante retirada dos bens, com o pressuposto não comprovado de que seriam roubados, **tudo foi tentado para «atrasar» a progressão sócio-económica dos ciganos e/ou para inviabilizar a sua permanência histórica culturalmente diferenciada nas «sociedades» ocidentais**. Sem sucesso; nada impediu os ciganos de manterem uma taxa de reprodução muito elevada e de persistirem nas suas tentativas de sedentarização no interior e na periferia de cidades e vilas.
  
18. **A cultura de sobrevivência dos ciganos - sistemática e desproporcionadamente perseguidos por «crimes» que nunca foram muitos nem espectaculares - deu então origem à produção de um discurso apoiado pelos académicos do século XIX, que sustenta a «cultura geral» mínima que as camadas escolarizadas utilizam contra os ciganos – seriam culturalmente nómadas errantes que um dia teriam partido da Índia não se sabe porquê e que teriam perdido a memória das**

**origens, sendo por isso incapazes de voltar ao ponto de partida.** A partir do liberalismo aceites como nacionais, teriam persistido na sua vocação nomádica de viajantes sem eira nem beira.

#### VIII. OS APROVEITAMENTOS ROMÂNTICOS DA HISTÓRIA RCONSTRUTIVA

19. «Filhos da estrada e do vento», os românticos viam-nos como um exemplo do amor à liberdade e à natureza, vivendo uma vida ecológica sem horários nem pressas, libertos por sua persistente iniciativa do fardo industrial e capitalista e da maligna urbanização da vida social. **E em vários países da Europa, com a ajuda dos românticos, tornaram-se o foco imagético da identidade nacional, através da arte – nomeadamente da música e da dança.** No Império austro-húngaro surgiram como os mais populares representantes da «alma nacional» e Liza e outros músicos da época foram buscar as suas músicas e danças para representar sob forma erudita a criatividade «popular». Em Espanha, guitarristas, especialistas do *canto jondo*, dançarinos do flamenco, nobres toureiros, foram cantados por Garcia Lorca e elevados por romancistas e cineastas americanos à condição de ícones da Ibéria andaluza.
20. Nada disso aconteceu em Portugal. O romantismo português foi escasso, bem depressa foi desdito que a Severa tivesse sido cigana (Tinop), o **mito Marialva** da íntima proximidade entre a aristocracia, os poetas e o povo foi sol de pouca dura, e, já no final do romantismo, a grande preocupação racionalista de Adolfo Coelho, 1892, era a de investigar se fazia parte da essência cultural dos ciganos o serem alcoólicos, como constava (deles e do povo português). **Deste modo, os ciganos, em Portugal, foram invisibilizados como lídimos rpresentantes de algumas das dimnsões identitárias que partilhavam com os outros portugueses. E se Adolfo Coelho era tudo menos um romântico, não lhe escapou que devido ao que dizia ser a «insensibilidade moral dos portugueses», a situação em Portugal mostrava um muito significativo atraso em relação a Espanha.**
21. Acontece, para além disso, que **as reconstituições históricas mais fidedignas não encontram quaisquer «nómadas» caminhando voluntariamente para o Ocidente mas (1) levadas de dezenas de milhares de escravos islâmicos, retirados da sua condição urbana, do noroeste da Índia, manu militari, como parte do saque militar, (2) posteriormente escravizados durante alguns séculos nas áreas centrais do império islâmico em formação (Síria, Iraque, Turquia, Egipto, Grécia, etc.) e nos principados vassallos que vieram a originar a Grande Roménia (Valáquia, Moldávia, etc.) e (3) delas fugidos para o mundo cristão, quando as guerras fronteiriças abriram uma «Porta» momentânea, na transição para o século XV, e a momentânea protecção papal e aristocrática lhes deu quase um século de descanso.**

#### IX. A HISTÓRIA É O PASSADO MAS AS SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS A LONGO PRAZO SÃO O PRESENTE

22. **O fosso sócio-cultural entre os portugueses pobres, os migrantes das ex-colónias e os portugueses ciganos que conviviam nos mesmos bairros da lata e de habitação degradada, produto da acção ciganófoba continuada ao longo do século XX, está claramente documentado** por Bruto da Costa e Manuel Pimenta (1990) os quais, numa pesquisa notável que ficou por publicar, evidenciaram que a

**situação dos ciganos era incomensuravelmente pior do que as dos outros habitantes marginalizados pelas camadas dominantes da sociedade portuguesa.** Outros dados sociológicos dessa década de 90 mostram também como **era incomensuravelmente pior a situação de alfabetização dos adultos ciganos e de escolarização das suas crianças** (Bastos e Bastos, 1997, 1999), sem que os partidos parlamentares se questionassem ou os Gvernos **agissem. E mostram ainda taxas de aprisionamento preventivo** que decuplicavam as dos restantes portugueses, no caso dos homens, sendo vinte vezes maiores, no caso das Portugueses ciganas, o que levava cientistas sociais a colocar a questão da acção do racismo no interior dos processos de incriminação étnica. (Moreira 1998).

#### X. OS CONSENSOS XENÓFOBOS E A ACUSAÇÃO DAS VÍTIMAS

23. **Mais perto de nós, uma terceira hipótese de interpretação seria que o esquecimento da história das relações inter-étnicas,** oscilando entre o genocídio, a assimilação forçada, culturalmente genocida e a produção bem definida de um grupo de «nómadas» que não querem ser portugueses e cristãos, pode ser bem aproveitado para a naturalização dos resultados da história e para a essencialização cultural do fosso social alimentado, ao longo do século XX, conduzindo a **uma confortável possibilidade de criar consensos xenófobos que desembocam na democratização da acusação popular, da perseguição institucional e da marginalização social, desembocando no reforço circular da acusação da vítima.**

24. **A acusação da vítima** («Blaming the Victim», codificam os anglo-americanos) é **uma estratégia de poder que visa manter as assimerias hegemónicas atribuindo aos sujeitos ou grupos sócio-históricos agredidos directa ou indirectamente, de forma brutal ou subtil, a «culpa» dos actos sobre eles perpetrados pelos agentes do poder estatal e/ou cultural.** O exemplo mais conhecido leva ao achincalhamento, nas esquadras de polícia e em tribunais, de mulheres violadas, acusadas de terem instigado com a sua «má conduta» a sua própria violação.

25. **A democratização da perseguição ciganófoba está extensivamente documentada na última década e não mostra sinais de ter entrado em diminuição** (cf. «Sintrensos ciganos», capº 3,3, pp. 50-82). Milícias populares, coadjuvadas por autarcas e polícias, escorraçaram famílias ciganas de terrenos que eram seus e a justiça não actuou; associações locais convenientemente anónimas ameaçaram lançar fogo aos bens dos cidadãos que alugassem casas ou vendessem terrenos a famílias ciganas e os Partidos parlamentares permaneceram silenciosos; associações de pais «interditaram», com a colaboração de autarcas e de técnicos de Direcções Regionais de Educação, a entrada de crianças ciganas nas escolas dos seus filhos e os Governos nada fizeram; vereadores e polícias cooperaram em manter famílias ciganas fora das vilas, acantonadas em lixeiras ou continuaram a «chutá-los» dos seus concelhos, cada vez que retornavam, (re)produzindo assim o nomadismo forçado que mantém mais de 4 mil sem poiso nem abrigo, e o Episcopado achou que havia questões morais mais importantes para se pronunciar colectivamente, já que a «sua» questão é com a democracia laica e com a sexualidade liberal e não com os ciganos forçados ao nomadismo, para ele inexistentes, excepto no nível pontual, caritativo e vagamente «pastoral»; e até o ACIME achou melhor mudar de nome, já que, como me foi pssoalmente afirmado, a

Constituição que os reconhece portugueses não só os invisibiliza como invisibiliza a injustiça social que os perseguiu antes do 25 de Abril e os continua perseguir hoje como ontem e, previsivelmente, amanhã como hoje e inviabiliza qualquer acção de discriminação positiva que corrija o mais que óbvio deficit histórico de «igualdade de oportunidades» entre estes e os outros portugueses.

#### XI. COMPENSANDO, POR ACASO, OS ERROS DA HISTÓRIA – DO PER AO RSI

26. **O único passo significativo dado em anos recentes surge associado ao combate à pobreza excessiva e gritante, abaixo do limiar de decência. A decisão do plano PER, que permitiu realojar milhares de famílias que viviam em barracas e bairros clandestinos não lhes era destinada, mas para grande escândalo dos ciganófilos mais extremados, levou ao realojamento da grande maioria, viabilizando o seu retorno à sedentarização.** Neste caso, a reviravolta dos anos 90, que «deu casa» à maioria dos ciganos concentrou-os em bairros sociais mais ou menos isolados da malha urbana, e tornou muitas **famílias dependentes do RMG e, depois, do RSI, que também não lhes era destinado**, pondo em confronto histórias e modos de vida muito diferentes e, eventualmente, contribuindo com essa estratégia para aumentar a ciganofobia de populações e de muitos dos técnicos, que tomam por adquirido que os ciganos (como se eles fossem uma entidade colectiva e organizada) são já hoje «o maior proprietário de parque habitacional existente no País».

27. **Se Adolfo Coelho reencarnasse, veria em 2008 que o atraso face ao que se passa em Espanha, se mantém.** Florescem em Espanha, desde o Concílio Vaticano II as associações e federações ciganas, muito apoiadas por movimentos de militantes católicos e evangélicos. Milhares de ciganos chegam à Universidade e muitos já ensinam nelas. As artes ciganas mantêm a sua centralidade identitária na representação da «alma de Espanha». Em Portugal não, talvez porque a insensibilidade moral dos portugueses seja um traço profundo do carácter nacional e precise de mais séculos para se esbater.

#### XI. REPONDO A IMPARCIALIDADE – ESTA HISTÓRIA NÃO É APENAS PORTUGUESA, SUSTENTA-SE NO ORGULHO BRANCO DOS «CIVILIZADOS»

28. **Para sermos imparciais, convenhamos que a situação dos ciganos é preocupante em toda a Europa, que a ciganofobia é generalizada, que eles são alvo não apenas do racismo verbal mas e sobretudo do racismo institucional, económico, cultural e identitário.** Não faltam relatórios internacionais que cada vez mais repetida e claramente o afirmam. Dito de outro modo: as «boas práticas» românticas da Espanha e da Hungria são identitariamente positivas, mas os humanos não se alimentam primordialmente de auto-estima, e a situação de precariedade económica, de escassez de condições básicas de vida, de guetização promovida pelos aparelhos de Estado, nalguns países acompanhados de espancamentos promovidos ou tutelados pelas autoridades policiais, que fecham os olhos aos desmandos populares e aos ataques dos Skin Heads, têm piorado nas últimas décadas de crise económica. Não é apenas em Portugal que investigações na área da saúde lhes atribuem **uma esperança média de vida cerca de 15 nos inferior à da restante população.**

## XII . A FRAGMENTAÇÃO CIGANA EM PORTUGAL

29. Em Portugal, a cultura de sobrevivência conduziu à **hiper-fragmentação territorial** e a **formas de estratificação social orientadas para o desinvestimento identitário dos de estatuto mais baixo**. Esta dinâmica de sobrevivência torna os **portugueses ciganos uma «comunidade imaginária»** (aos olhos dos «senhores»), **mas essa «comunidade» é desprovida de qualquer organização interna, de solidariedade entre grupos (*raças*) ou da possibilidade de orientar a sua própria emancipação enquanto «minorias étnicas»**, pelo que a declaração de que o são (algo que não está no horizonte político) de pouco ou nada lhes serviria, podendo até agravar a situação das relações inter-étnicas.
30. Num nível que alimenta a ideia de um grupo pária, vivem em Portugal num limiar mínimo de condições de sobrevivência, **cerca de 4 mil ciganos forçados pelas autoridades locais a vagarear em circuitos que se repetem e que os mantêm longe das vilas e cidades**. Muitos lembram-se bem do tempo em que estavam sedentarizados e veio o *catterpillar* que lhes demoliu as barracas e a GNR que os mandou vagarear. Afastados das suas raízes concelhias, nenhum concelho quer ouvir falar deles e, tanto quanto sabemos, os governantes e os deputados da nação também não. Os adultos são quase analfabetos e as crianças estão destinadas a reptar a ausência de horizontes da vida dos pais. Confirmam pela sua existência todos os estereótipos ciganófobos, em detrimento dos restantes. São eles os «nómadas», «miseráveis», «sujos», que eventualmente pedem esmola ou vivem de pequenos roubos para chegar ao dia seguinte.
31. Num segundo nível vivem os **chabotos** ou **recos**, de quem os «verdadeiros ciganos» se envergonham. Vivem em «chabolas», isto é, em barracas, andam a pedir ou ler a sina, casam entre eles e não com «verdadeiros ciganos», são por vezes confundidos com romenos chegados há gerações atrás, não dominam o calão. Chabotos que vejam as suas barracas arrasadas poderão ser reconduzidos a viverem no nível inferior.
32. Num nível acima, vivem os **ciganos sedentarizados em bairros sociais**, muitas vezes recém-chegados à periferia metropolitana e recém-retirados de bairros da lata por um PER que não lhes era destinado mas que englobou a maioria dos então recenseados como pobres e carentes de habitação. Por vezes excessivamente concentrados, contra a sua vontade, como nas Freguesias de Algueirão – Mem Martins, Queluz e Mira Sintra, uma vez que temem a formação de contrários» e «preferem viver entre os Senhores»; outras vezes, ao longo do País, francamente guetizados em Bairros idealizados para os separar da restante população.
33. Em Sintra, ainda podemos encontrar famílias ciganas vivendo em tendas, no espaço público, mas não as devemos confundir com o caso dos 4 mil vagueantes que referimos. Tal como os que vivem acantonados num canto desabrigado ou em caravanas, nos fundos vazados de Mira Sintra, trata-se de familiares mais ou menos próximos dos realojados em Bairros Sociais, que esperam a sua oportunidade de realojamento, isto é, de ascensão sócio-identitária.

34. Mais acima, em termos de estratificação identitária, vivem **famílias abastadas ou em ascensão social, ou com um passado familiar de que se orgulham, com mais recursos económicos e/ou mais capital sócio-cultural, muitas delas espalhadas em moradias ou apartamentos em áreas da malha urbana não conotadas com a presença cigana.**
35. Finalmente, as novas gerações, nomeadamente as realojadas, viram nascer **novas elites identitárias**, desta vez religiosas, inicialmente próximas da Pastoral dos Ciganos e, mais recentemente, das Igrejas de Filadélfia e Cristo para Todos, isto é, de **Igrejas étnicas evangélicas que incentivam a mudança cultural e moral e a aproximação às camadas maioritárias da população portuguesa.** É destas Igrejas, e não do Associativismo ou de qualquer tentativa de criação de consciência política que, a nosso ver, emerge **uma nova esperança cigana** de reconstruir uma dignidade moral e até mesmo económica que lhes ia sendo paulatinamente retirada ao longo das décadas anteriores. Da posição destas Igrejas face à escolarização prolongada dependerá a formação ou não de elites liberais e intelectuais e a presença de portugueses ciganos no ensino superior e no espaço das profissões liberais, como acontece um pouco por todo o mundo, com a excepção de Portugal.

### XIII. OUTRAS DIMENSÕES DA CULTURA DE SOBREVIVÊNCIA

36. **Dentro da sua cultura de sobrevivência, os portugueses ciganos são altamente endogâmicos** (o que não impede um número não desprezível de casamentos mixtos) e **casam muito cedo para defender essa mesma endogamia.** Esse **casamento precoce**, por pedimento ou fuga, leva-os a sair da escola, se alguma vez lá foram, já que passam imediatamente ao estatuto e responsabilidade de jovens adultos com uma vida económica e familiar para construir de acordo com a Lei Cigana, uma Lei cultural configurada para defender a sua continuidade cultural e prevenir a assimilação. Aprendendo a viver com os mais velhos, aprendem que têm que ser espertos e desenrascar-se, como eles se desenrascaram, mantendo a honra intacta, e internalizam uma descrença justificada de que valeria a pena estudar, se as famílias tivessem meios para isso, já que, uma vez dada a cumplicidade das autoridades, por omissão ou acção mais ou menos subtil, **sabem que tal como não lhes alugam casas, ninguém lhes daria trabalho continuado e integrado, no mundo das carreiras.** Por outro lado, não só casam cedo mas continuam a apresentar **uma altíssima taxa de natalidade**, o que rapidamente provoca problemas de **sobrelotação familiar** e de dependência indesejável da geração mais velha, impedindo-os de consolidar o seu estatuto de jovens adultos e prejudica a família como um todo.

### XIV. SINTRA INVESTIGOU MAS O PROBLEMA É POLÍTICO, Á ESCALA NACIONAL E A SUA SOLUÇÃO NÃO PODE SER MERAMENTE LOCAL

37. A realização do estudo “Sintrenses Ciganos”, e a participação em outras iniciativas e investigações anteriores e posteriores, têm mostrado que **o escândalo xenófobo materializado pela situação objectiva e identitária destas dezenas de milhares de portugueses ciganos é um problema que existe a uma escala nacional exige um Pano de intervenção correctora urgente nessa mesma escala nacional, para o qual é preciso mobilizar soluções criativas, sob pena de tudo ficar mais ou menos na mesma ou até mesmo piorar em termos de relações inter-étnicas.** Mantendo uma atitude de não reconhecimento de que existe um problema grave que

é necessário resolver, os diversos órgãos do Governo central ‘empurram’ as suas responsabilidades para as Câmaras Municipais. Correctamente, algumas das Câmaras Municipais tentam resolver o problema através da **implementação de soluções ‘localistas’**, algumas boas outras más. Infelizmente, as sua «boas práticas» ilibam a Assembleia da República e os diferentes Governos de construir **uma política nacional faseada e calendarizada, capaz de remediar o mal feito e de trazer de novo os portugueses ciganos para a área de dignidade onde se pretende que os portugueses vivam, sem com isso lhes retirar o direito a viverem um estatuto culturalmente diferenciado.**

38. Quando autarcas de Municípios como Sintra ou Coimbra correctamente ou até mesmo exemplarmente se preocupam, investigam, tentam resolver o problema da habitação e problematizam a questão do **fortalecimento económico, social, cultural e identitário das famílias de portugueses ciganos**, muitos outros municípios não apresentam qualquer acção digna desse nome ou facilmente poderiam ser apresentadas como exemplo de «más práticas» continuadas e de ciganofobia persistente, enraizadas na crença que a tradição cultural portuguesa, a lei e a «vontade do povo» os protegem.

XV. PROPOSTA DE UM PLANO NACIONAL DE ACÇÃO CONTRA A CIGANOFOBIA E PARA A PROMOÇÃO SÓCIO-CULTURAL DIFERENCIADA DOS PORTUGUESES CIGANOS

39. **Recorrendo ao idioma da cidadania, a linguagem ciganófila ensaia regularmente reduzir a questão a uma exigência de reciprocidade entre «direitos» e «deveres»** (cf. o Capº IX de «Sintrensos Ciganos», pp. 171-196). Acontece que para exigir a cada um dos portugueses ciganos que «cumpram os seus deveres» cívicos (na venda ambulante, por exemplo, como fazia o Padre Vaz Pinto), **é preciso que o Governo de Portugal lhes devolva primeiro, enquanto minoria cultural, os direitos cívicos, económicos, culturais, morais e identitários que lhes foram sendo paulatinamente confiscados nos cinco séculos de presença em Portugal e lhes continuaram a ser confiscados nas mais de 3 décadas da democracia recente**, a qual, por omissão, se tornou cúmplice de uma política informal de promoção do nomadismo forçado, da exclusão e da marginalização social, da iliteracia, do empobrecimento e do encarceramento de vastos estratos desta minoria - degradações sociais habitualmente atribuídas não à acção de muitos portugueses, institucionalmente inseridos, mas às próprias «características culturais» dos portugueses ciganos que, segundo os ciganófilos dizem, seriam os responsáveis porque «não cooperariam com quem tanto bem lhes quer».
40. Parece assim incontornável que os partidos políticos parlamentares e o Governo se unam na **promoção de um Plano nacional para a promoção sócio-cultural diferenciada dos portugueses ciganos** que enquadre e apoie num nível mais abrangente a acção positiva levada a cabo por Municípios e ONG’s que vêm desenvolvendo boas práticas, como é o caso de Sintra, uma vez que os Planos genéricos contra a Pobreza e Exclusão social diluem este caso histórico de xenofobia continuada, levando, na prática, a que os ciganos portugueses continuem a ser os últimos dos pobres, os últimos dos excluídos a merecer a devida atenção para situações de racismo e de redução a condições de mera sobrevivência sem horizontes de auto-realização que – espero que concordemos nisto - não devem persistir na União Europeia do Século XXI.

41. Um Programa de acção ético-democrático consequente, para além de tudo o que já vem sendo feito aqui e ali, a nível local devia, a nosso ver, após discussão pública participada, integrar as seguintes medidas de mais vasto âmbito e alcance:
- o **esclarecimento documentado da população sobre a perseguição racista feita aos ciganos em Portugal desde a sua chegada**, com a promoção de medidas persecutórias totalmente desproporcionadas em relação aos fracos crimes que lhes eram mais imputados que provados, seguido de um **pedido de desculpas formal** e pela **implementação de um Plano corrector, espaldado pela Assembleia da República**;
  - este Plano deveria começar por um **Programa de reeducação para a Multiculturalidade** dos portugueses, genericamente considerados, quer revendo os Programas escolares obrigatórios, quer reeducando o pessoal dos serviços ministeriais com atendimento ao público, quer ainda o das forças policiais portuguesas, com exclusão, sempre que necessário, de alguns elementos destas forças comprovadamente não reeducáveis, dados os seus teores excessivos de xenofobia;
  - finalmente, e num terceiro movimento, criando e co-financiando a **instituição de uma Fundação** que (tal como a Fundação Gandhi, na Hungria, ou a Fundação Secretariado Gitano, em Espanha) conduza, com a **participação activa de representantes da diversidade dos portugueses ciganos, das suas Associações e Igrejas étnicas** e das instituições que os têm tentado conhecer e apoiar, a **aceleração das acções inerentes a um período de discriminação positiva**.
42. Esta discriminação positiva correctora deverá numa **fase de emergência** proporcionar no mais breve prazo viável, alojamentos adequados às famílias ciganas que continuam a ser forçadas a vagar pelas províncias e centrar-se posteriormente nos eixos habitacional, de emancipação económica, de protecção da saúde, de enquadramento pré-escolar e de desenvolvimento de capacidades escolares e profissionais, tanto na área do comércio como noutras para as quais surgissem vocações que deveriam ser apoiadas, premiando sistematicamente o sucesso escolar e fomentando a mais rápida **emergência de quadros ciganos no mundo escolar, liceal e universitário**, como acontece um pouco por toda a Europa. Deverá também garantir postos de trabalho na função pública (não menos do que os que são proporcionalmente justificados demograficamente) e punir severamente, de acordo com legislação clara e eficazmente aplicada, a marginalização habitacional e a nível do emprego, criando, se necessário um **Provedor dos Portugueses ciganos**, encarregue da supervisão deste Plano Corretor e da recepção das queixas contra actos baseados na Ciganofobia difusa que continua a proliferar.
42. Assim, esta Fundação geriria e financeira, com parcerias autárquicas e mecénicas, nacionais e internacionais, (a) **planos incentivadores da educação de adultos, tanto no nível literário como profissionalizante**, (b) bem como **programas de desenvolvimento económico**, com recurso ao micro-crédito, (c) **programas de formação e empregabilidade institucional de animadores e de mediadores culturais**, com postos de trabalho e carreiras correctamente organizadas, (d) **apoio à fundação de creches e centros culturais com participação cigana relevante**, etc., etc., (e) dando particular atenção aos recursos existentes nas Igrejas étnicas, nas Associações, em iniciativas já testadas, como as Oficinas Romani, bem como nas iniciativas associativas das mulheres ciganas orientadas promoção sócio-cultural dos

seus filhos e filhas, **tendo o cuidado de não confundir integração inter-étnica com assimilação unilateral à «civilização ocidental».**

Sintra, Abril de 2008